



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA-PB

Concurso Público - 2014

NÍVEL SUPERIOR

Advogado

EXAME GRAFOTÉCNICO (Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

"Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, [...]" (CF/88)

Instruções para a realização das provas

- Verifique se este caderno contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Noções de Administração Pública de **16 a 20** e Conhecimentos Específicos de **21 a 40**.
- Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvida. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Verifique se os dados existentes na Folha de Resposta conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas, sendo o início às 08h00. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- **É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.**
- **Assine**, ao sair da sala, a **Lista de Presença** e entregue o seu Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinada, ao Fiscal de Sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 04.

Ética no trabalho

O comportamento qualificado como bom ou mau está ligado à maneira de ver e agir de cada pessoa. A ética está ligada à verdade e este é o primeiro passo para aproximar-se do comportamento correto. No campo do trabalho, a ética tem sido cada vez mais exigida, provavelmente porque a humanidade evoluiu em tecnologia, mas não conseguiu se desenvolver na mesma proporção naquilo que se refere à elevação de espírito.

Na verdade não há fórmula matemática que nos responda, com toda certeza, qual deve ser a atitude ética diante das circunstâncias que a vida nos impõe, mas na dúvida, decida-se pelo correto. Segundo o filósofo alemão Kant, a única coisa em qualquer situação é a “boa vontade, que podemos entender como boa intenção”.

Traduzindo em linguagem mais simples, ética é a ciência da moral. E por sua vez é a parte da Filosofia que trata dos costumes e deveres do homem. A missão da ética é explorar a moral efetiva e nesse sentido pode influir na própria moral. A moral é constituída por atos humanos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

A atitude ética vai determinar como um profissional trata os outros profissionais no ambiente de trabalho, os consumidores de seus serviços: clientes internos e externos, entre outros membros da sociedade em geral. A conduta do profissional inevitavelmente repercutirá na maneira como ele mesmo será tratado pelos demais, e isso formará uma boa ou má imagem profissional.

As falhas éticas no ambiente de trabalho muitas vezes ocorrem por desconhecimento, por ingenuidade, por alienação e por descuido. Ou seja, nem sempre essas falhas estão associadas ao mau caráter do profissional. Na maioria dos esquemas de corrupção, pessoas desavisadas são usadas como vítimas. Além disso, em muitas situações a pessoa pode se envolver em problemas éticos sem dimensionar o resultado futuro de sua conduta inapropriada.

A ética é indispensável ao profissional, porque na ação humana “o fazer” e o “agir” estão interligados. O fazer diz respeito à competência, eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

<http://revitalasalute.com.br> Acessado em 24 de fev. de 2014.

1ª QUESTÃO

A leitura do texto dá margem a várias leituras, EXCETO:

- a) Muitos indivíduos podem cometer atos antiéticos, no campo profissional, em decorrência de ações involuntárias.
- b) O que entendemos por “bem” ou “mal” pode definir que tipo de pessoa queremos ser e qual o compromisso que temos com os valores assumidos.
- c) O envolvimento em problemas éticos pode ser evitado com atitudes corretas e com observações perspicazes.
- d) A atitude ética está relacionada com a correção dos atos.
- e) As relações interpessoais nem sempre são determinantes da imagem do profissional.

2ª QUESTÃO

Ética se refere à teoria ou aos estudos sistemáticos sobre a prática moral. Dessa forma, pode-se dizer que ética é o conjunto de normas de conduta que deverá ser posta em prática no exercício de sua profissão. Objetiva a dignidade humana e o bem-estar no contexto sociocultural onde exerce a profissão. Nesse sentido:

- I. Um profissional competente e ético observa as normas administrativas da organização e presta contas ao chefe hierárquico.
- II. Um profissional competente utiliza benefícios e influências obtidos na condição de profissional para conseguir vantagens pessoais e, desde que não prejudique ninguém, não é considerado falta grave contra a dignidade do trabalho.
- III. A discrição no exercício da profissão e honestidade no trabalho são dois princípios que o Código de Ética Profissional traz no seu texto.
- IV. Um profissional ético, competente atende as pessoas com um sorriso e um cumprimento respeitoso, dando sempre prioridade para as mais altas autoridades.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) proposição(ões):

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III e IV.
- e) III.

3ª QUESTÃO

Os conectivos ou partículas de ligação, além de exercerem funções coesivas, manifestam ainda diferentes relações de sentido entre os enunciados. Aponte, dentre as alternativas a seguir, aquela em que a relação estabelecida pelo conectivo em destaque está CORRETAMENTE indicada entre parênteses.

- a) No campo do trabalho, a ética tem sido cada vez mais exigida, provavelmente **porque** a humanidade evoluiu em tecnologia, mas não conseguiu se desenvolver na mesma proporção naquilo que se refere à elevação de espírito. (conformidade).
- b) “O comportamento qualificado como bom **ou** mau está ligado à maneira de ver e agir de cada pessoa”. (adversidade)
- c) “... humanidade evoluiu em tecnologia, **mas** não conseguiu se desenvolver na mesma proporção naquilo que se refere à elevação de espírito”. (conclusão)
- d) As falhas éticas no ambiente de trabalho muitas vezes ocorrem por desconhecimento, por ingenuidade, por alienação e por descuido. **Ou seja**, nem sempre essas falhas estão associadas ao mau caráter do profissional. (consequência)
- e) “A ética é indispensável ao profissional, **porque** na ação humana 'o fazer' e o 'agir' estão interligados”. (Explicação)

4ª QUESTÃO

O pronome “isso”, no quarto parágrafo, faz referência a:

- a) Conduta do profissional.
- b) A conduta do profissional inevitavelmente repercutirá na maneira como ele será tratado pelos demais.
- c) Atitude ética.
- d) Como um profissional trata os outros no ambiente de trabalho.
- e) Maneira como ele é tratado pelos demais.

5ª QUESTÃO

A linguagem do texto “Ética no trabalho”:

- a) É irônica para mostrar que não existe ética no trabalho.
- b) É informal, mesclada a uma linguagem formal.
- c) É rigorosa no trato da linguagem formal, pois não apresenta inadequações morfosintáticas.
- d) É espontânea, utilizada nas relações informais entre falantes.
- e) Explora com criatividade a linguagem figurada.

6ª QUESTÃO

Leia dois pensamentos de Millôr Fernandes e reflita sobre eles:

1º “Quando os eruditos descobriram a língua, ela já estava completamente pronta pelo povo. Os eruditos tiveram apenas que proibir o povo de falar errado”.

2º “Está bem, linguistas, se dois é ambos, porque três não é trambos?”

De acordo com o pensamento de Millôr:

- I. O trabalho dos eruditos não é fundamental para a eficiência da comunicação verbal.
- II. Os linguistas estão errados.
- III. O povo criou a linguagem verbal (por palavras) antes que os estudiosos a descobrissem; isso porque o ser humano é um ser social e tem a necessidade de se comunicar.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I e III
- e) III

7ª QUESTÃO

Observe a imagem a seguir:



(Revista ISTOÉ, de 27 de julho de 2011, p. 85 / com adaptações)

Com relação à publicidade analise.

- I. A palavra “frutos” foi empregada em seu sentido próprio, denotativo.
- II. O pronome “ela” substitui a expressão educação ambiental.
- III. A palavra “mais” pode ser trocada por “mas” sem prejuízo de sentido.
- IV. A função da linguagem predominante no anúncio é a referencial, pois implica apenas em informação.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) III
- b) I
- c) II e IV
- d) II
- e) II e III

8ª QUESTÃO

Coloque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas, tendo em vista o anúncio publicitário abaixo.



- () O anúncio trabalha, sobretudo, com a linguagem verbal, interagindo com elementos da linguagem matemática. Essa mistura de linguagens tem a finalidade de enfatizar as qualidades do anunciante e conferir credibilidade ao produto anunciado e o benefício por ele atribuído.
- () Em “Segundo a pesquisa IBOPE, pelo número de destinos, a maioria das pessoas **prefere** a TAM”. O verbo destacado está em desacordo com as normas da língua culta.
- () “Pelo número de destinos, qual seria a sua escolha entre as companhias aéreas nacionais?”. Nesse enunciado, prevalece a função apelativa da linguagem porque busca convencer o destinatário da mensagem, de modo persuasivo.
- () A expressão “maioria das pessoas” é um termo genérico e embora não se refira a nenhum referente explícito no texto, o contexto possibilita a recuperação do termo referente.

A sequência correta é:

- a) V - V - F - F
- b) V - F - V - V
- c) F - F - V - V
- d) F - V - F - V
- e) V - V - V - F

9ª QUESTÃO

A palavra **também**, presente no anúncio da questão anterior, em “E agora vai preferir pelos preços também”, exprime uma relação semântica de:

- a) Inclusão
- b) Adversidade
- c) Consequência
- d) Tempo
- e) Proporção

10ª QUESTÃO

Leia o quadrinho abaixo:



Analise as proposições a seguir:

- I. O quadrinho mostra que, na linguagem coloquial, algumas vezes, as normas de colocação pronominal são respeitadas, outras não.
- II. Em “ninguém se meta comigo hoje”, o pronome indefinido foi o fator de próclise.
- III. “Toma, comprei-te um gibi”, a pausa (vírgula) não foi a razão para que houvesse ênclise, fato que não contraria a norma culta.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) proposição(ões):

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

Leia este texto para responder às questões 11, 12 e 13.

Poupar é possível

Sempre dá para separar um dinheirinho para o futuro. Em sete passos fáceis, veja como: 1. Ande com um caderninho na bolsa e anote tudo o que gasta para saber para onde está indo o seu dinheiro. 2. Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, deixe em casa cartões de crédito e cheques. Estabeleça um limite em dinheiro para carregar na carteira. 3. Planeje suas compras, todas elas, e pague apenas à vista. 4. Sempre pesquise preços e pechinche. 5. Só compre pela internet ou por telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos). 6. Passe longe das liquidações. 7. Pesquise pacotes econômicos para celular, telefone fixo, internet e TV a cabo.

TOLEDO, Elaine Cláudia. São Paulo, p. 83, fev. 2009.

11ª QUESTÃO

Sobre o texto “Poupar é possível”

I. Apresenta uma série de medidas para orientar as pessoas, em especial, os(as) consumistas. Por isso, a autora usa uma linguagem formal.

II. Em “A internet é um prato cheio para compradores compulsivos”, há uma metáfora significando que é possível encontrar apenas produtos caros e de má qualidade.

III. No quinto passo “Só compre pela internet ou por telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos), a autora empregou os parênteses para intercalar uma observação, que é um alerta e uma ideia acessória para o que ela estava escrevendo.

Analise as proposições e marque a alternativa que contém apenas a(s) correta(s).

- a) I e II
- b) I e III
- c) III
- d) II
- e) II e III

12ª QUESTÃO

A linguagem do texto “Poupar é possível” é persuasiva, a intenção da autora é influenciar o comportamento do leitor, por isso a função da linguagem predominante é:

- a) Fática, pelo envolvimento de frases reticentes.
- b) Poética, marcada pela presença de figuras de linguagem.
- c) Referencial, pois implica apenas informação.
- d) Conativa, porque tenta “seduzir” o leitor a aceitar as ideias propostas pela autora.
- e) Metalinguística, porque usa a linguagem do cinema.

13ª QUESTÃO

Leia as informações sobre o texto “Poupar é possível” e marque a alternativa INCORRETA.

- a) Apesar de não estar explícito, o referente desse texto é “o leitor”.
- b) A forma verbal destacada em: “Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, **deixe** em casa cartões de crédito...” apresenta-se no modo imperativo para reforçar a força argumentativa do texto.
- c) O texto tenta convencer o leitor de forma persuasiva, por meio de conselhos.
- d) “Só compre pela internet ou por telefone se for algo necessário, **oferecido** a um preço ótimo”. A concordância do verbo destacado está de acordo com a norma culta da língua.
- e) Há uma circularidade nas ideias que desqualifica o texto, revelando falta de coerência.

Texto para as questões 14 e 15.

A estatística mostra que nessa rodovia já **ocorreram** vários acidentes, causados por falha humana. Acreditamos que, depois do treinamento, **existirão** apenas alguns, causados por falha mecânica”

14ª QUESTÃO

Se substituirmos os verbos sublinhados pelo verbo **haver**, sem ferir a norma culta da língua, teremos:

- a) Houve e haverá.
- b) Haverão e haverão.
- c) Houveram e haverão.
- d) Houve e terá.
- e) Houveram e terão.

15ª QUESTÃO

Sobre o texto

I. Nas duas ocorrências a palavra QUE liga orações subordinadas substantivas às suas principais.

II. O verbo **ocorrerão** remete a uma ação futura, identificada no texto.

III. Quanto à concordância, a forma verbal **existirão** está de acordo com as normas da língua culta.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- a) II e III.
- b) I, II e III
- c) I e III.
- d) II
- e) I

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16ª QUESTÃO

Quanto às fundações públicas, entes administrativos integrantes da Administração Pública indireta, analise as assertivas abaixo:

I. O entendimento majoritário na doutrina administrativista pátria e da jurisprudência, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, é que as fundações públicas podem ser instituídas com personalidade jurídica de direito privado ou com personalidade jurídica de direito público. Neste último caso, não previsto no texto constitucional, as fundações públicas seriam instituídas diretamente por lei específica e seriam consideradas uma espécie de autarquia.

II. As fundações públicas com personalidade jurídica de direito privado necessitam de lei específica para autorizar a sua criação. Isso quer dizer que a sua personalidade jurídica não surge imediatamente com lei, como acontece com as autarquias, mas sim com o registro formal do seu ato constitutivo no órgão competente.

III. A parte final do inciso XIX do art. 37, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/1998, prevê a edição de uma lei ordinária para o estabelecimento das áreas em que poderão atuar as fundações públicas.

IV. É incorreto afirmar que as fundações públicas consistem na personificação de um patrimônio, que presta atividade sem fins lucrativos, mas de interesse coletivo, como educação, cultura, pesquisa e outras, sempre merecedoras de amparo Estatal.

Estão corretos apenas os itens:

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.
- e) I, II e IV.

17ª QUESTÃO

Considerando-se os princípios que regem a Administração Pública, relacione cada princípio, da maneira mais específica e que melhor se coadune, com o respectivo exemplo ou situação fática administrativa e aponte a ordem correta.

- | | |
|---|---|
| I. Supremacia do interesse público | () Súmula 473, do STF: A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. |
| II. Eficiência | () As diversas formas de intervenção na propriedade privada, como a desapropriação (assegurada justa e prévia indenização); a requisição administrativa, em que o interesse público autoriza o uso da propriedade privada, sem remuneração, só havendo indenização ulterior, se houver dano; o tombamento de um imóvel de interesse histórico. |
| III. Moralidade | () A implantação de programas de modernização dos serviços públicos e a realização de avaliação periódica, interna e externa, da sua qualidade. Ou, ainda, a possibilidade de exoneração do servidor público, mesmo estável, por insuficiência de desempenho. |
| IV. Legalidade | () Situação em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos comandos do ordenamento jurídico e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. |
| V. Autotutela | () Lei nº. 9.784/99, art. 2º, parágrafo único, IV: Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé. |

- a) II – V – I – III – IV.
- b) IV – II – V – I – III.
- c) I – IV – III – V – II.
- d) III – V – IV – II – I.
- e) V – I – II – IV – III.

18ª QUESTÃO

Quando a Administração Pública expede um Alvará de licença, manifestando de forma definitiva e vinculada seu consentimento formal em face da pretensão do administrado, detentor de um direito subjetivo, ao satisfazer as condições legais para o seu gozo, está realizando um ato administrativo que expressa à manifestação do poder:

- a) Regulamentar.
- b) De polícia.
- c) Hierárquico.
- d) Disciplinar.
- e) Discricionário.

19ª QUESTÃO

Quando o ciclo de formação do ato administrativo está concluído e estando adequado aos requisitos de legitimidade, porém, ainda não se encontra disponível para eclosão de seus efeitos típicos, por depender de um termo inicial ou de uma condição suspensiva, ou autorização, aprovação ou homologação, a serem manifestados por uma autoridade controladora, podemos classificá-lo corretamente como:

- a) Perfeito, válido e ineficaz
- b) Perfeito, válido e eficaz
- c) Perfeito, inválido e eficaz
- d) Perfeito, inválido e ineficaz
- e) Imperfeito, válido e eficaz

20ª QUESTÃO

Em matéria de espécies de atos administrativos, podemos afirmar que decretos e portarias são, respectivamente, exemplos de atos:

- a) Gerenciais e declaratórios.
- b) Enunciativos e normativos.
- c) Normativos e ordinatórios.
- d) De sanção e negociais.
- e) Normativos e declaratórios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As questões de 21 a 24 discorrem sobre o Direito Administrativo.

21ª QUESTÃO

Em matéria de bens públicos, analise as proposições a seguir e assinale a opção CORRETA:

- I. A alienabilidade, característica dos bens dominicais, não é absoluta, porque estes podem perdê-la pelo instituto da afetação.
- II. Os bens dominicais, devido a sua alienabilidade, são suscetíveis de serem penhorados.
- III. Os bens públicos, seja qual for a sua natureza, são imprescritíveis.

- a) Apenas está correto o item III.
- b) Apenas estão corretos os itens I e II.
- c) Apenas estão corretos os itens I e III.
- d) Apenas está correto o item I.
- e) Todos os itens estão corretos.

22ª QUESTÃO

Acerca da evolução e das teorias da responsabilidade civil da Administração Pública, analise os itens a seguir e marque com (V) se a assertiva for verdadeira e com (F) se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- () A teoria da culpa administrativa representa o primeiro estágio da transição entre a doutrina subjetiva da culpa civil e a tese objetiva do risco administrativo que a sucedeu, pois leva em conta a *falta do serviço* para dela inferir a responsabilidade da Administração. Mister se faz ressaltar que a responsabilidade por falta de serviço é, indubitavelmente, responsabilidade subjetiva.
- () O abandono da teoria da irresponsabilidade do Estado marcou o aparecimento da doutrina da responsabilidade estatal no caso de ação culposa de seu agente. Passava a adotar-se, desse modo, a doutrina civilista da culpa. Entretanto, procurava distinguir-se, para esse fim, dois tipos de atitude estatal: os atos de império e os atos de gestão. Se o Estado produzisse um ato de gestão, poderia ser civilmente responsabilizado, mas se fosse a hipótese de ato de império não haveria responsabilização.
- () A teoria da não responsabilização do Estado ante os atos de seus agentes que fossem lesivos aos particulares assumiu sua maior notoriedade sob os regimes absolutistas. Baseava-se esta teoria na ideia de que não era possível ao Estado, literalmente personificado na figura do rei, lesar seus súditos, uma vez que o rei não cometia erros, tese consubstanciada na parêmia “*the king can do no wrong*”, conforme os ingleses, ou “*Le roi ne peut mal faire*”, segundo os franceses.
- () A teoria da culpa administrativa foi consagrada pela clássica doutrina de Paul Duez. A falta do serviço, no ensinamento de Duez, pode apresentar-se sob duas modalidades: inexistência do serviço ou mau funcionamento. Ocorrendo qualquer dessas hipóteses, presume-se a culpa administrativa e surge a obrigação de indenizar.
- () A teoria do risco administrativo afirma que a atuação estatal que cause dano ao particular, sempre e em qualquer hipótese, faz nascer para a Administração Pública a obrigação de indenizar, independentemente da existência de falta do serviço ou de culpa de determinado agente público.

- a) V – V – V – F – F.
- b) V – V – V – V – V.
- c) F – F – V – V – F.
- d) F – F – V – V – V.
- e) V – F – F – V – F.

23ª QUESTÃO

Com relação às formas de provimento dos cargos públicos, analise a seguinte situação fática: “O servidor estável 'A', anteriormente demitido, tem invalidada a sua demissão por decisão judicial e retorna ao seu cargo, que dantes ocupava, com integral reparação dos prejuízos que lhe advieram do ato injurídico que o atingira. Em virtude do ocorrido com o servidor 'A', o servidor 'B', também estável, que passara a ocupar o cargo de 'A', quando de sua ilegal demissão, retorna ao cargo que dantes titularizava, sem direito a qualquer indenização”. As formas de provimento ocorridas com os servidores 'A' e 'B' são, respectivamente:

- a) Readaptação e reversão.
- b) Reintegração e aproveitamento.
- c) Reintegração e recondução.
- d) Recondução e reversão.
- e) Readaptação e recondução.

24ª QUESTÃO

Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a opção CORRETA.

- a) Em decorrência da relatividade do atributo da presunção de legitimidade do ato administrativo, ou seja, em decorrência de se admitir prova em contrário, o ônus da prova é da Administração Pública em virtude de sua inversão.
- b) O atributo da presunção de legitimidade autoriza a imediata execução de um ato administrativo, mesmo se ele estiver eivado de vícios ou defeitos aparentes.
- c) A presunção de legitimidade é um atributo que não está presente em todos os atos administrativos, pois depende de norma legal que o preveja.
- d) A autoexecutoriedade dos atos administrativos consiste na possibilidade de imediata e direta execução pela própria Administração, não prescindindo de autorização judicial prévia.
- e) A imperatividade decorre da existência do ato administrativo cumulado com a declaração de sua validade. Assim sendo, todo ato dotado de imperatividade deve ser cumprido, apenas se declarada a sua validade.

As questões de 25 a 28 discorrem sobre o Direito Civil.

25ª QUESTÃO

A respeito da cessão de crédito, analise as afirmativas a seguir:

- I. Caso o devedor não seja notificado da cessão de crédito, a cessão será inexistente para ele, e válido se tornará o pagamento feito ao cedente. Mas não se desobrigará se a este pagar depois de cientificado da cessão.
- II. Se o devedor, notificado da cessão, não opõe, nesse momento, a exceção de contrato não cumprido, poderá opor esta exceção, em momento posterior, contra o cessionário, caso este não satisfaça a prestação que lhe incumbe.
- III. Por convecção das partes pode ser estabelecida cláusula proibitiva da cessão de crédito. No entanto, tal cláusula somente poderá ser oposta, ao cessionário de boa-fé, se constante nos termos do instrumento da obrigação.

Está(ão) correta(s):

- a) Somente a afirmativa I.
- b) Somente as afirmativas II e III.
- c) Somente as afirmativas I e II.
- d) Somente a afirmativa II.
- e) Todas as afirmativas.

26ª QUESTÃO

O Jurista Paulo Nader, ao fazer referência a um dos princípios fundamentais do direito contratual, explicita: “Os contratos são feitos para serem cumpridos – *pacta sunt servanda*. Se o acordo de vontades se faz dentro da esfera de liberdade reservada à iniciativa popular, em se tratando de contratos de Direito Privado, as regras estabelecidas impõem-se coercitivamente às partes, ressalvada a hipótese de inserção de cláusula de arrendimento ou *arras penitenciais*”. Tal comentário faz referência ao princípio:

- a) Da boa-fé.
- b) Da autonomia da vontade.
- c) Do consensualismo.
- d) Da obrigatoriedade.
- e) Da função social do contrato.

27ª QUESTÃO

Acerca do que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção INCORRETA.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada, exceto nos Estados estrangeiros, onde a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 3 (três) meses depois de oficialmente publicada.
- b) A lei tem vigência até que outra a modifique ou revogue. Nesse contexto, podemos citar como exemplo o art. 2.045, do Código Civil de 2002, in verbis: “Revogam-se a Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil e a Primeira Parte do Código Comercial, Lei n. 556, de 25 de junho de 1850”. O mencionado artigo derogou o estatuto civil de 1916, já que suprimiu integralmente o Código anterior.
- c) O Ordenamento Jurídico pátrio, como regra, não admite a restauração da lei revogada pelo fato de a lei revogadora ter perdido a sua vigência, pois não há reinstalação automática no Brasil, mas apenas expressa.
- d) Se, durante o período de *vacatio legis*, ocorrer nova publicação de seu texto, o prazo de obrigatoriedade da lei começará a correr da nova publicação.
- e) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais, não modifica nem revoga a lei anterior que dispuser sobre a mesma matéria, tendo em vista que uma mesma matéria pode ser regida por diversas leis.

28ª QUESTÃO

Sobre os institutos jurídicos da prescrição e da decadência, assinale a opção CORRETA.

- a) O art. 192 do Código Civil não admite ampliação ou redução de prazo prescricional pela vontade das partes. Em decorrência desse dispositivo pode-se concluir que a prescrição em curso gera direito adquirido.
- b) A prescrição consiste na perda de uma faculdade processual, por não ter sido exercida no momento próprio.
- c) Enquanto a prescrição extingue o direito potestativo, a decadência extingue a pretensão, que é a exigência de subordinação de um interesse alheio ao interesse próprio.
- d) O atual Código Civil não aceita a renúncia prévia da prescrição, ou seja, antes que se tenha consumado. Não se admite a renúncia prévia nem em casos de prescrição em curso, mas só da consumada, porque o referido instituto é de ordem pública e a renúncia tornaria a ação imprescritível por vontade da parte.
- e) A prescrição pode ser arguida em qualquer fase ou estado da causa, em primeira ou em segunda instância. No entanto, não pode ser alegada em qualquer fase do processo de conhecimento, pois, caso o réu tenha deixado de invocá-la na contestação, significa renúncia tácita a falta de invocação na primeira oportunidade em que falar no processo.

As questões de 29 a 32 discorrem sobre o Direito Constitucional.

29ª QUESTÃO

A respeito do processo legislativo da proposta de emenda à Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

I. A iniciativa para apresentar proposta de emenda à Constituição Federal foi atribuída de forma concorrente. Assim, pode ser apresentada por 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; ou pelo Presidente da República; ou por mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

II. A proposta de emenda à Constituição Federal aprovada será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo anexada à Constituição com seu respectivo número de ordem. Portanto, não está sujeita à sanção ou promulgação pelo Presidente da República.

III. Aplica-se à emenda rejeitada ou tida por prejudicada a regra do art. 67 da Constituição Federal, que autoriza a reapresentação de proposta de lei relativa à matéria rejeitada, na mesma sessão legislativa, desde que assinada por mais da metade de todos os membros de alguma das Casas.

Está(ão) correta(s):

- a) Todas as afirmativas.
- b) Somente a afirmativa I.
- c) Somente as afirmativas I e II.
- d) Somente as afirmativas II e III.
- e) Somente a afirmativa II.

30ª QUESTÃO

Com relação aos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Alistabilidade é a capacidade eleitoral passiva consistente na possibilidade de o cidadão pleitear determinados mandatos políticos, mediante eleição popular, desde que preenchidos certos requisitos.
- b) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) Se, durante o primeiro mandato, o Chefe do Poder Executivo Municipal almejar concorrer ao cargo de Deputado Estadual, terá de renunciar ao mandato seis meses antes do pleito.
- d) São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Constituição Federal: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; o domicílio eleitoral na circunscrição; e a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
- e) O referendo consiste em uma consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser, posteriormente, discutida pelo Congresso Nacional.

31ª QUESTÃO

Dispõe a Constituição Federal que sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, III, b, CF). Com relação aos princípios constitucionais tributários, podemos afirmar que o referido dispositivo constitucional faz referência ao princípio da:

- a) Anterioridade.
- b) Legalidade.
- c) Igualdade.
- d) Irretroatividade dos tributos.
- e) Vedação do confisco.

32ª QUESTÃO

Em relação à organização dos Municípios, assinale a opção INCORRETA.

- a) No tocante ao controle externo realizado pelo Tribunal de Contas, o parecer por ele emitido sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara Municipal.
- b) Uma Constituição Estadual não pode fixar regras para a remuneração dos Prefeitos, já que a própria Constituição Federal, no item V do seu art. 29, atribui tal competência às Câmaras Municipais.
- c) O Município reger-se-á por lei orgânica votada em dois turnos, com o intervalo mínimo de 10 (dez) dias e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- d) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- e) As contas dos Municípios ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

As questões de 33 a 34 discorrem sobre o Direito do Trabalho.

33ª QUESTÃO

As limitações ao exercício da autonomia privada constituíram as medidas pioneiras na busca do equilíbrio contratual entre os desiguais. Soluções como esta, aliás, tornaram-se evidentes a partir do século XIX, e assim se procedeu por força das lutas de classes, porque na relação de trabalho, essencial ao desenvolvimento da sociedade capitalista, não se identificava no polo operário o mínimo vestígio de qualquer liberdade contratual. Nesse contexto, qual dos princípios do Direito Individual do Trabalho cumpre com maior fidelidade a função teleológica deste ramo jurabalista e atua como inspirador amplo de todo o complexo de regras, princípios e institutos que compõem esse ramo jurídico especializado?

- a) Princípio da primazia da realidade.
- b) Princípio da indisponibilidade de direitos.
- c) Princípio da continuidade da relação de emprego.
- d) Princípio da proteção.
- e) Princípio da boa-fé.

34ª QUESTÃO

O fenômeno jurídico da terceirização no ramo jurabalista pode ter sua origem legislativa reportada à década de 1940, quando da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, fez-se menção à forma de subcontratação de mão de obra através da empreitada e subempreitada, regulada em seu art. 455. No entanto, embora esta regra laboral possa ser considerada como marco embrionário da terceirização, o fenômeno terceirizante só veio adquirir forma nas últimas quatro décadas do século XX, quando as inovações tecnológicas desencadearam mudanças no cenário da organização da produção e nos procedimentos utilizados na gestão de mão de obra. Diante dessas alterações, surgiram os discursos em favor da flexibilização do clássico modelo empregatício bilateral, empregado-empregador, embasados no argumento de sobrevivência da empresa em face do atual estágio de competição do mercado atual, em que a redução de custos e a melhoria da qualidade do produto ou serviço seriam fatores essenciais para a permanência da empresa no sistema capitalista. Nesse contexto, surge a terceirização criando, de acordo com Maurício Godinho Delgado, a relação trilateral de trabalho formada pelo empregado; empresa terceirizante, também denominada de empresa prestadora de serviços; e empresa tomadora de serviços. Em relação à terceirização jurabalista, analise os itens a seguir e marque com (V) se a assertiva for verdadeira e com (F) se for falsa. Ao final, assinale a opção correspondente.

- () Pode-se conceituar a Terceirização como o fenômeno de transferência de determinada atividade especializada para uma empresa interveniente que se responsabilizará pela gerência da referida atividade, através da contratação e coordenação dos empregados especializados, assumindo, inclusive, todos os encargos jurabalistas.
- () Segundo a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, a responsabilidade subsidiária da Administração Pública ocorrerá tão-somente quando a inadimplência da empresa terceirizante estiver aliada à culpa *in vigilando* do Estado na qualidade de tomador dos serviços.
- () A Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, foi bastante clara ao diferenciar a terceirização lícita da ilícita, elencando, taxativamente, apenas quatro tipos de terceirização lícita.
- () Atividades-meio são aquelas funções e tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador dos serviços, nem compõem a essência dessa dinâmica ou contribuem para a definição de seu posicionamento no contexto empresarial e econômico mais amplo. São, portanto, atividades periféricas à essência da dinâmica empresarial do tomador dos serviços.

- a) V – V – V – V.
- b) V – F – F – V.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – V – V.
- e) F – V – V – F.

As questões de 35 a 36 discorrem sobre o Direito Penal.

35ª QUESTÃO

Na elaboração de provas de concursos públicos e de outros tipos de exames seletivos, inúmeras são as pessoas que podem previamente ter contato com o material de provas. Desta forma, analisando o tipo penal incriminador descrito no art. 311-A (fraudes em certames de interesse público), do Código Penal, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Por parte de quem divulga, o crime se consuma no momento em que o conteúdo é transmitido, ainda que o destinatário não consiga dele fazer uso por ser a farsa descoberta antes da realização do certame.
- II. A tentativa não é possível neste tipo penal.
- III. A pena será aumentada em 2/3 (dois terços) se o crime for cometido por funcionário público.

Está(ão) correta(s):

- a) Somente as afirmativas I e II.
- b) Somente a afirmativa II.
- c) Somente a afirmativa I.
- d) Somente as afirmativas II e III.
- e) Todas as afirmativas.

36ª QUESTÃO

Policarpo, funcionário público, durante o seu turno, deixa, intencionalmente, a porta do pátio da delegacia aberta, para que Quaresma, pedreiro particular, entre e fure todos os aparelhos de som dos carros apreendidos que se encontram no pátio da delegacia. Diante de tal situação, ocorrerá que:

- a) Policarpo responderá pelo crime de condescendência criminosa, enquanto Quaresma responderá pelo crime de furto simples.
- b) Policarpo responderá pelo crime de peculato-furto, enquanto Quaresma responderá pelo crime de furto simples.
- c) Policarpo responderá por corrupção passiva, enquanto Quaresma responderá pelo crime de furto simples.
- d) Policarpo responderá pelo crime de peculato-desvio, enquanto Quaresma responderá por peculato-furto.
- e) Ambos responderão pelo crime de peculato-furto.

As questões de 37 a 40 discorrem sobre o Direito Processual Civil.

37ª QUESTÃO

A respeito da intervenção do Ministério Público no Processo Civil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Compete ao Ministério Público intervir nas causas quando houver interesses de incapazes, não importando se a incapacidade é absoluta ou relativa. Também não há necessidade de que o incapaz seja parte – autor ou réu – bastando que seus interesses possam ser atingidos.
- II. Nos processos de abertura, registro e cumprimento de testamento, também compete ao Ministério Público intervir, mesmo que não haja interesses de ausentes ou incapazes.
- III. Quando for obrigatória a intervenção do Ministério Público como fiscal da lei e ele não for intimado, haverá nulidade do processo. Neste caso, o Ministério Público terá legitimidade para propor ação rescisória.

Está(ão) correta(s):

- a) Somente a afirmativa II.
- b) Somente as afirmativas II e III.
- c) Somente as afirmativas I e II.
- d) Todas as afirmativas.
- e) Somente a afirmativa I.

38ª QUESTÃO

Assinale a alternativa em que consta o recurso cabível quando o acórdão não unânime houver julgado procedente ação rescisória.

- a) Agravo de instrumento.
- b) Embargos infringentes.
- c) Agravo inominado.
- d) Recurso especial.
- e) Apelação.

39ª QUESTÃO

Com relação à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes. No entanto, para que o processo seja extinto nessa hipótese, é indispensável que o juiz determine a intimação pessoal da parte para que dê andamento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas.
- b) O processo civil começa por iniciativa da parte, uma vez que a jurisdição é inerte.
- c) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá ultrapassar o prazo de seis meses.
- d) Enquanto o processo estiver suspenso, não serão praticados atos processuais, senão aqueles urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
- e) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial com fundamento em qualquer das causas de indeferimento da exordial previstas no art. 295, do Código de Processo Civil.

40ª QUESTÃO

Acerca da revelia e seus efeitos, assinale a opção CORRETA.

- a) Em princípio, no litisconsórcio simples, em que o julgamento pode ser diferente para os vários réus, o regime é o da independência, e a contestação de um não aproveitará aos demais. Desta forma, haverá presunção de veracidade quando houver contestação de um litisconsorte simples, que alegue fato comum, que também diga respeito ao revel.
- b) É revel aquele que apresenta contestação, mas sem impugnar os fatos narrados na petição inicial pelo autor.
- c) Será revel o réu que, citado, deixa de oferecer contestação, mas apresenta reconvenção, cujos fundamentos não sejam compatíveis com os da pretensão inicial.
- d) Em litígio que versa sobre interesse indisponível, o réu não poderá ser considerado revel.
- e) Um advogado dativo que apresente contestação por negativa geral não afastará a presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial.